

CARTA DOS EDITORES

Este número da *Desenvolvimento em Debate* apresenta uma seleção de artigos sobre políticas públicas setoriais e estratégias de desenvolvimento. O artigo que abre o volume, *A construção de um acordo de cooperação para o desenvolvimento sustentável da bacia do alto paraguai: possibilidade frente às experiências brasileiras*, de Alessandro Gomes Lewandowski, Ademir Kleber Morbeck de Oliveira, Rosemary Matias e Giselle Marques de Araújo, discute a relação entre crescimento econômico e bem-estar social, destacando a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento sustentável. A metodologia utilizada no artigo consistiu em uma análise baseada em dados do Atlas Brasil, do IBGE e do DataSUS, além de gráficos de dispersão entre variáveis relacionadas ao bem-estar humano e ao PIB per capita. A análise foi realizada por unidade federativa brasileira. Os resultados sugerem que a sociedade brasileira deve considerar ações e políticas para estabilizar ou reduzir o PIB, adotando uma política macroeconômica baseada nos princípios da Economia Ecológica. Isso implicaria em uma mudança paradigmática na estrutura socioeconômica, valorizando a qualidade de vida independente do crescimento do PIB. Na visão dos autores seria necessário reverter a cultura do consumismo e incentivar ações comunitárias, cooperação e uso de bens públicos. A conversão dos ganhos de produtividade em redução da jornada de trabalho seria prioritária em relação ao estímulo ao consumo. Além disso, a sociedade precisa valorizar outras formas de bem-estar, como cultura, arte, família e liberdade, minimizando o papel dos bens e serviços econômicos. A tecnologia é importante, mas não é o elemento decisivo para enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável. O artigo também destaca a existência de estados brasileiros com qualidade de vida similar, mas com PIB per capita muito diferente, evidenciando o descolamento entre crescimento econômico e bem-estar.

O artigo seguinte, *Competitividade Das Exportações De Castanha De Caju (Cashew Nuts) Do Brasil No Mercado Internacional*, de Douglas Barros de Oliveira, Maria Luiza Coelho Santos Carvalho e Naisy Silva Soares, analisa a competitividade das exportações brasileiras de castanha de caju em relação aos seus principais concorrentes globais de 1961 a 2019. A metodologia utilizada neste estudo consistiu na análise dos indicadores de Vantagem Comparativa Revelada (VCR), Posição Relativa de Mercado (PRM), Taxa de Cobertura (TC), Comércio Intraindústria (G-L) e Índice de Contribuição ao Saldo Comercial (ICSC). Esses indicadores foram aplicados para avaliar a competitividade das exportações brasileiras de castanha de caju em relação



aos principais concorrentes globais, como Índia, Vietnã e Costa do Marfim, no período de 1961 a 2019. Os resultados mostraram que, ao longo das últimas décadas, o Brasil vem perdendo competitividade nas exportações de castanha de caju. Enquanto Índia, Vietnã e Costa do Marfim tiveram um crescimento significativo no valor das exportações e ganharam participação de mercado relativa, o Brasil apresentou uma evolução lenta de suas exportações em comparação com esses concorrentes. Essa perda de competitividade pode ser atribuída a problemas na cadeia produtiva do caju no Brasil, que impactam na produtividade dos cajueiros e no processamento da castanha. Para reverter essa situação, o estudo sugere a implementação de políticas que visem aumentar a produtividade e melhorar o processamento da castanha, além de oferecer suporte técnico e financeiro aos produtores. Portanto, as conclusões do estudo destacam a importância de indicadores de competitividade no mercado internacional de produtos agrícolas e apontam para a necessidade de investimentos e políticas específicas para fortalecer a competitividade das exportações brasileiras de castanha de caju.

A seguir, Augusta Pelinski Raiher, Jandir Ferrera de Lima e Paulo Henrique de Cezaro Eberhardt, autores do artigo *Especialização e Concentração do Emprego Regional no Sul Do Brasil: Uma Avaliação Do Promeso*, analisam o impacto do programa PROMESO na especialização e concentração do emprego formal nas regiões da Grande Fronteira do Mercosul (GFM) e Metade Sul do Rio Grande do Sul (Mesosul) no Brasil. A metodologia utilizada neste estudo foi o método Double Difference Matching (DDM) com Escore de Propensão. O DDM reduz possíveis vieses de seleção por características não observáveis, enquanto o Escore de Propensão Matching (PSM) mitiga os possíveis vieses decorrentes da distribuição de características observáveis e da ausência de suporte comum entre tratados e controles. O PSM identifica os municípios não tratados mais próximos em termos de características observáveis de cada município tratado, enquanto o DD calcula a diferença de evolução do índice de Krugman, número de atividades produtivas com Quociente Locacional (QL) superior a um e do emprego formal per capita entre os períodos antes e depois do início do programa PROMESO. As conclusões do estudo mostram que os municípios participantes do programa PROMESO tiveram uma maior especialização em sua estrutura produtiva em comparação com municípios similares que não faziam parte do programa. No entanto, o impacto na diversificação dos setores industriais não foi estatisticamente significativo. Além disso, o programa teve um impacto positivo no mercado de trabalho formal, com os municípios beneficiados apresentando incrementos maiores no emprego per capita em comparação com os municípios não beneficiados. O estudo sugere pesquisas adicionais sobre a especialização dos setores industriais para informar futuras políticas de desenvolvimento local.

Por fim, o artigo *MacroEconomia Ecológica: a escala necessária da economia brasileira*, de Junior Ruiz Garcia, discute a necessidade de uma mudança no paradigma econômico brasileiro, especialmente após a crise de 2008, que incentivou um modelo consumista. O autor argumenta que, apesar da urgência em abordar a escassez de bens e serviços básicos, as políticas ainda priorizam o crescimento

do PIB, considerado essencial por economistas e sugere que a sociedade deve repensar suas prioridades, promovendo um modelo de desenvolvimento que não dependa do crescimento contínuo do PIB, mas que foque na qualidade de vida e na sustentabilidade. Propõe um modelo de “pós-crescimento”, onde o PIB é suficiente para garantir bem-estar sem depender de crescimento constante. Além disso, enfatiza a importância de alinhar as políticas econômicas com a justiça social e a sustentabilidade ambiental, sugerindo que a renda individual, representada pelo salário-mínimo necessário, deve ser usada como um indicador mais adequado de bem-estar do que o PIB per capita. O estudo também aborda a escala econômico-ecológica, sugerindo que a avaliação do bem-estar deve considerar economias de escala e valorizar formas alternativas de bem-estar, como cultura e comunidade. Em suma, o artigo critica a ideia de que o crescimento econômico é sempre benéfico, destacando que, após certo ponto, os custos ambientais e sociais podem superar os benefícios e o crescimento do PIB não se traduz em melhorias significativas na qualidade de vida, evidenciando a desconexão entre crescimento econômico e bem-estar.

Roberta Rodrigues Marques da Silva e Flavio Gaitán
Editores